

O Processo de Independência do Brasil

João Pedro Ricaldes

A independência do Brasil efetuou-se por um movimento extremamente elitista. Era do interesse da Inglaterra, em plena revolução industrial, um governo brasileiro autônomo e aberto aos produtos ingleses. A derrota de Napoleão acabou favorecendo tanto a independência brasileira quanto a ganância inglesa pelo mercado sul-americano. O povo brasileiro teve que conviver, mesmo depois de 1822, com a escravidão, a concentração de terras a dependência externa e com um Estado dos latifundiários

O descontentamento dos brasileiros com a exploração colonial manifestou-se em várias revoltas coloniais, desde fins do século XVII. No entanto, as primeiras revoltas nunca chegaram a exigir a independência, apenas procuravam modificar um ou outro aspecto da colonização. Estas foram as chamadas revoltas “nativistas”, que não chegaram a ser separatistas: a revolta de Bekmam (MA 1684); a Guerra dos Emboabas (MG, 1708), a Guerra dos Mascates (PE, 1710) e a Revolta de Vila Rica (MG, 1720)

Somente no final do século XVIII as revoltas coloniais atingem um grau verdadeiramente separatista. As três principais revoltas pela independência do Brasil foram: a Inconfidência Mineira de 1789; Conjuração Baiana de 1798; Insurreição Pernambucana 1817. Todas tiveram em comum o contexto composto pela combinação de impostos excessivos, administração colonial centralizada e decadência econômica (em MG, a queda da mineração; no NE, a queda da economia açucareira)

Todas foram profundamente marcadas pelos ideais do liberalismo político e pela Independência dos EUA

As revoltas separatistas aproveitaram-se de um contexto internacional marcado pela crise do absolutismo, pela crise do sistema colonial e pelas guerras napoleônicas. A crise dos governos absolutistas na Europa foi agravada pela ascensão da burguesia, pela Revolução Industrial e pela difusão do liberalismo (igualdade jurídica, divisão em 3 poderes etc), através da Revolução Francesa e Independência dos EUA.

Como parte do absolutismo, o Sistema Colonial entra em crise, através da destruição gradativa de monopólios coloniais ibéricos, do protecionismo econômico e da escravidão.

O fator internacional decisivo foi a invasão francesa em Portugal. Após recusa portuguesa em aderir ao Bloqueio Continental, a França napoleônica invade Portugal. A Corte portuguesa foge para o Rio de Janeiro.

Instalado no Brasil o governo de Dom João VI (1808-1821) é levado a criar medidas que acabaram por favorecer o fim da colonização portuguesa: a abertura dos Portos e o Tratado de Comércio com Inglaterra (que privilegia entrada de produtos ingleses no Brasil) eliminam o privilégios portugueses que vigoravam desde o século XVI.

Cinco anos após a derrota de Napoleão a elite portuguesa exige o retorno da Corte. Sob a influência do iluminismo, a Revolução do Porto (1820-1822) cria a Monarquia Constitucional portuguesa, mas procura recolonizar o Brasil. Dom João VI volta a Portugal e deixa seu filho Dom Pedro no governo do Brasil. As elites brasileiras movimentam-se em sentido contrário. Exigem a permanência de D.Pedro e das medidas joaninas. Diante da intransigência portuguesa D. Pedro declara a Independência (1822). O governo britânico interfere nesta disputa para defender seus próprios interesses. Usa seu poder econômico (a dependência de Portugal à economia inglesa) e obriga os portugueses a aceitarem a independência do Brasil. Em troca, o Brasil